
COSTA, Sérgio Amad — *Idéias em debate*. São Bernardo do Campo. Ed. da Faculdade de Engenharia Industrial, 1982. 113p.

Idéias em Debate é o segundo livro de Sérgio A. Costa. O anterior (*O C.G.T. e as Lutas Sindicais Brasileiras: 1960—1964*), do final de 1981, já constitui uma leitura obrigatória a todos que se interessam pelo estudo histórico do Comando Geral dos Trabalhadores — entidade que atuou, no início dos anos sessenta, como órgão máximo do movimento sindical brasileiro.

Reunindo um total de nove textos (ensaios e artigos) sobre os mais variados temas, escritos especialmente para o jornal *O Estado de S. Paulo* e para o extinto “Suplemento Cultural” do mesmo órgão, apresenta trabalhos com um denominador comum: “um pouco das coisas do Brasil” (p. 9). Assim é que os quatro primeiros ensaios (“A crise do anarquismo no Brasil”; “Cipriano Barata: 40 anos de História”; “Os caifazes e a libertação dos escravos” e “A Revolta do Vintém”), que poderiam ser classificados como de história social, ocupam cerca de dois terços da obra e contêm uma análise bem aprofundada de temas específicos. Os cinco artigos restantes (“Alerta: os robôs estão chegando”; “Burocracia: tudo começou com Cabral”; “Transportes: um problema desde os tempos do vintém”; “‘Pacote’, ‘pacotinhos’ e eleições” e “A Sociedade

do descartável”), escritos com fina ironia, dedicam-se a temas conjunturais, que estão na ordem do dia — e às vezes aparecem respaldados por argumentos históricos irrefutáveis.

Sem desmerecer os demais artigos, acredito que é em “A crise do Anarquismo no Brasil” (pp. 15/38) que o autor exercita toda a sua capacidade de historiador, procurando mostrar que já nos anos 10 do presente século os anarquistas conseguiram levar à frente o movimento operário brasileiro, conquistando benefícios importantes para a classe trabalhadora. Nos anos 20, o método de luta que vinha sendo empregado (o da ação direta, negando a participação político-partidária) já se apresenta incompatível com a realidade nacional, ocasionando algumas crises no interior do próprio movimento. É nesse contexto que alguns anarquistas, como Astrojildo Pereira, “... percebendo as limitações do anarco-sindicalismo e influenciados pela Revolução Russa, aceitaram a formulação leninista de que o Estado somente poderá desaparecer gradativamente e, passando a acreditar na ação política como meio conseqüente de luta operária, fundaram, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro...” (p. 21). Além do mais, alguns fatores fizeram com que os

* Departamento de Ciências da Educação — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara — SP.

anarquistas ficassem sem espaço político no movimento operário brasileiro: a nova configuração assumida pelo Estado (tornando-se intervencionista), principalmente a partir do Governo Vargas; o controle férreo exercido sobre os trabalhadores e nas relações entre o capital e o trabalho; o crescimento industrial gerando organizações de larga escala; a inexistência de condições para a atuação fora do sindicalismo oficial (p. 9).

Mas o aniquilamento do anarquismo no Brasil se deu com a repressão do Governo Vargas contra o levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. A retomada da política repressiva “concretizou definitivamente o processo de oficialização dos sindicatos, gerando o ‘sindicalismo-pelego’ no Brasil. As manifestações operárias estagnaram-se no período do Estado Novo, ressurgindo no final da ditadura Vargas” (p. 33).

Os trabalhos sobre Cipriano Barata acerca dos Caifazes e a respeito da Revolta do Vintém dão prosseguimento à boa tradição ensaística da historiografia brasileira, cujo ápice neste livro (conforme já falamos em linhas anteriores) encontra-se em “A crise do Anarquismo no Brasil”.

Dentre os artigos escritos para o jornal *O Estado de S. Paulo*, creio que ao menos dois merecem destaque: “Alerta — os robôs estão chegando” e “‘Pacote’, ‘pacotinhos’ e eleições”. Ambos apresentam idéias dignas de debate que se encontram presentes nas principais discussões que uma significativa parcela da sociedade civil trava por meio da imprensa diária.

Em “Os robôs...” procura-se chamar a atenção para o perigo de se importar tecnologia sem levar em consideração as peculiaridades brasileiras. Pondera o autor que o avanço tecnológico, “para ser considerado benéfico ao homem, deve ser muito bem aplicado. Por exemplo, na medida em que é utilizado com o intuito de reduzir a penúria, revertendo seu uso em prol dos anseios da população, podemos

afirmar que está havendo progresso tecnológico. Porém, se o conhecimento é empregado visando a atender somente uma minoria, então não haverá progresso tecnológico, mas apenas simples modernização” (p. 77). Dessa maneira, a questão reside não em considerar prejudicial ao homem a automação, mas sim em saber *quando* e *como* aplicar tal processo.

O artigo fornece dados, ainda, sobre o número de robôs existentes em vários países: Japão (75 mil), Suécia (600), Alemanha Ocidental (6 mil), Estados Unidos (3,2 mil), Inglaterra (180) e França (300), lembrando que no Japão os chamados “robôs inteligentes” são capazes de executar as tarefas mais complexas de uma linha de montagem. Tais máquinas são utilizadas em trabalhos pesados, como fundição de matrizes, cortes, esmirilhamento, solda e pintura. “Sabemos que as tarefas realizadas pelos operários, nas linhas de montagem, são extremamente árduas e alienadoras, mas, por outro lado, todos esses países que possuem robôs apresentam um índice considerável de desemprego. Desta forma, tudo indica que não se poderiam dar ao luxo de substituir homens por essas máquinas. Além do mais, o Japão pretende, em 1982, fabricar robôs em condições de substituir operários mais especializados, o que nos leva a inferir o perigo, a médio prazo, de aumento de falta de empregos” (pp. 78/79). Ao analisar a situação no Brasil, o autor não é menos conseqüente e incisivo em suas considerações, lembrando que a Volkswagen do Brasil testará, ainda este ano, 8 robôs para a automatização de um grande número de operações da linha de montagem de veículos, concluindo que “... nada é mais contraditório do que importar estas máquinas, na situação atual do país: o desemprego é uma realidade e, na presente conjuntura, não fica bem operários disputarem emprego com robôs...” (p. 79).

“‘Pacote’, ‘pacotinhos’ e eleições” comenta as investidas dos governantes brasileiros com seus incontáveis ca-

suísmos para não sofrerem uma grande derrota nas eleições de 15 de novembro próximo. Ironicamente assim se inicia o artigo: “Não resta dúvida de que a política é muito confusa. Sempre há um lado dizendo que sim e um outro retrucando que não. No caso do Brasil, o governo teme que, em 15 de novembro próximo, os lados se polarizem de maneira insustentável para a situação: o PDS apoiando-a e a maioria do povo vetando-a” (p. 97).

Aos atuais governantes brasileiros, em sua maioria do PDS, se ajustaria como uma luva o velho ditado popular, segundo o qual “Nego quebra a dentadura mas não larga a rapadura”. Sim, porque o pessoal, com o processo de “redemocratização” (ainda muito restrito, é bem verdade) por que passa o país, tem medo de ficar marginalizado da vida política. Daí, haja casuísmos, “pacotes” e outros expedientes pouco democráticos, cuja finalidade última, como se sabe, é a de garantir o atual poder de mando. “A propalada ‘abertura’ está mais para *desembrulhar* ‘pacotes’ do que para *abrir* caminhos à democracia (...). Os assessores diretos da Presidência da República, com o emaranhado de dificuldades para obter êxito nas próximas eleições, *desembrulham* um ‘pacote’ e verificam o acerto em um ponto e o erro em dois. Como consequência, em seguida anunciam uma série de ‘pacotinhos’ visando a remendar os furos do primeiro” (p. 67).

Assim, uma série de alternativas para tentar ampliar as possibilidades de vitória do PDS começam a ser urdidas, tais como o “distritão”; a realização das eleições para governadores em dois turnos, caso nenhum candidato obtenha maioria absoluta no primeiro; o restabelecimento da sublegenda; e a possibilidade de um mesmo candidato disputar diferentes cargos eletivos no mesmo Estado, tais como governador e deputado federal” (p. 98).

E como todos sabemos, política e economia não se separam; dessa maneira, fontes oficiais já estão alardeando para o ano de 1982 uma inflação menor e um crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB). “A única explicação lógica para tal otimismo são as eleições de 15 de novembro”, pois, um país que “provavelmente terá o seu PIB de 1981 negativo ou levemente positivo, é óbvio que, caso ocorra a anunciada boa nova, será muito bem-vinda. Porém, é difícil acreditar que isto suceda” (pp. 99/100).

Pelo que foi dito, e por outros aspectos que não foi possível aqui resgatar, *Idéias em Debate* merece ser lido. Polêmico, irônico, erudito e escrito numa linguagem direta, tem o mérito de recuperar uma série de temas históricos e/ou conjunturais e contribuir com sua parcela intelectual para que as idéias, ultrapassada a fase dos debates, sejam possivelmente concretizadas.